

Desafios e Barreiras Vivenciadas por Acadêmicos com Deficiência no Curso de Educação Física: Implicações no Contexto Prático-Formativo do Ensino Superior

Challenges and Barriers Faced by Students with Disabilities in the Physical Education Course: Implications in the Practical-Formative Context of Higher Education

SAIMO FERREIRA DE SOUZA¹

VANESSA BELLANI LYRA²

DIEGO RAMIRES SILVA SANTOS³

RESUMO

A inclusão de estudantes com deficiência em cursos de Educação Física apresenta demandas específicas que vão além do acesso institucional e se estendem às experiências práticas e motoras. Como uma área centrada no desempenho corporal, no movimento e nas práticas esportivas realizadas em ginásios, quadras, piscinas e espaços de treinamento, a participação dos estudantes requer planejamento metodológico, ambientes de aprendizagem acessíveis e o reconhecimento de múltiplas formas de corporeidade. Este estudo discute como barreiras estruturais, comunicacionais e atitudinais emergem em ambientes de formação universitária, destacando que a participação plena não depende da condição do estudante, mas sim de como o currículo e as práticas institucionais são organizados. Compreender esses desafios implica reconfigurar as práticas de ensino e criar ambientes acessíveis que assegurem a experiência corporal como um direito acadêmico, e não como um privilégio associado a padrões de desempenho físico. Conclui-se que a inclusão na Educação Física deve ser adotada como um eixo pedagógico contínuo e estrutural, reafirmando o corpo em movimento como um espaço legítimo e diverso para a produção de conhecimento.

Palavras-chave: inclusão; Educação Física; ensino superior; acessibilidade; pessoas com deficiência.

ABSTRACT

The inclusion of students with disabilities in Physical Education degree programs presents specific demands that go beyond institutional access and extend into practical and motor experiences. As a field centered on bodily performance, movement and sports practices carried out in gyms, courts, pools and training spaces, student participation requires methodological planning, accessible learning environments and recognition of multiple

¹ Professor Regente dos Cursos Superiores de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas do Movimento Humano (GEPMOV-UNIASSELVI). Mestre em Educação – Área: Ludicidade e Recreação (Universidad ISEP/México). E-mail: saimo.souza@regente.uniassevi.com.br

² Coordenadora dos Cursos Superiores de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas do Movimento Humano (GEPMOV-UNIASSELVI). Doutora em Ciências do Movimento Humano – Área: Representações Sociais do Movimento Humano (PPGCMH/UFRGS). E-mail: vanessa.lyra@uniassevi.com.br

³ Professor Regente dos Cursos Superiores de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas do Movimento Humano (GEPMOV-UNIASSELVI). Doutor em Educação – Área: História do Currículo (PPGE/UFRJ). E-mail: diego.santos@regente.uniassevi.com.br

forms of corporeality. This study discusses how structural, communicational and attitudinal barriers emerge in university training settings, highlighting that full participation does not depend on the student's condition but on how the curriculum and institutional practices are organized. Understanding these challenges implies reconfiguring teaching practices and creating accessible environments that ensure body experience as an academic right rather than a privilege associated with physical performance standards. It is concluded that inclusion in Physical Education must be adopted as a continuous and structural pedagogical axis, reaffirming the moving body as a legitimate and diverse space for producing knowledge.

Keywords: inclusion; Physical Education; higher education; accessibility; disability.

INTRODUÇÃO

A inclusão de acadêmicos com deficiência no ensino superior, especialmente nos cursos de Educação Física, representa uma agenda formativa que ultrapassa a garantia legal e se materializa na vivência corporal, relacional e pedagógica em ambientes práticos de formação. Amparada pela Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146/2015), a participação de estudantes com deficiência deve ser assegurada não apenas em termos de matrícula, mas no direito à permanência com acessibilidade plena, respeito às singularidades e suporte institucional. No entanto, quando o foco recai sobre cursos que exigem exposição corporal, execução motora, manipulação de materiais esportivos, deslocamento em quadras, piscinas, academias e laboratórios, a experiência formativa assume contornos específicos e exige um olhar ampliado sobre as barreiras que estruturam o cotidiano acadêmico (CALHEIROS; FUMES, 2016).

Considerando a natureza prática da Educação Física, este estudo tem como propósito analisar criticamente como as barreiras arquitetônicas, metodológicas, comunicacionais e atitudinais atravessam a participação plena de acadêmicos com deficiência, reconhecendo que tais obstáculos não emergem da condição corporal, mas do desenho institucional e curricular que ainda opera sob parâmetros normativos de desempenho físico. Santos et al. (2020) destacam que a inclusão, nesse campo, precisa ser reorganizada para além do acesso físico, contemplando adaptações perceptivas, materiais específicos, apoio instrucional e mediações corporais que favoreçam a participação ativa em aulas práticas, avaliações motoras, estágios e experiências de campo.

A justificativa deste estudo reside no fato de que a Educação Física, ao constituir-se essencialmente como ciência do corpo em movimento, pode, se não adaptada, consolidar práticas excludentes e capacitistas quando a participação acadêmica é regulada por padrões motores fixos, ritmos homogêneos e concepções lineares de desempenho (LUSTOSA; RIBEIRO, 2020). Nesse sentido, compreender as barreiras vivenciadas por estudantes com deficiência não implica vitimização ou discurso deficitário, mas a necessidade de reconhecer o protagonismo desses acadêmicos, suas formas singulares de expressão motora, seus percursos formativos e suas interações no espaço universitário. Além disso, Gonçalves et al. (2024) reforçam que a permanência com acessibilidade plena depende da articulação coerente entre infraestrutura institucional, recursos assistivos, desenho universal e formação docente sensível à pluralidade de corpos.

Portanto, ao integrar finalidade científica e relevância social, este estudo busca evidenciar que a inclusão no curso de Educação Física só se concretiza quando a participação nas práticas corporais não é tolerada, mas legitimada; quando o corpo com deficiência não é adaptado à experiência, mas a experiência é reorganizada para acolher, dialogar e conviver com múltiplas corporeidades. Assim,

analisar desafios e barreiras nesse contexto torna-se fundamental para repensar currículos, vivências motoras, laboratórios e avaliações, contribuindo para um ambiente acadêmico equitativo, acessível e eticamente comprometido com a diversidade humana.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão narrativa de literatura, fundamentada em estudos e documentos que analisam a inclusão de acadêmicos com deficiência no ensino superior, com especial atenção às especificidades do curso de Educação Física, dada sua natureza prática e corporal. A abordagem qualitativa foi adotada por permitir a compreensão interpretativa das experiências formativas, das vivências motoras e das percepções institucionais relacionadas ao percurso acadêmico de estudantes com deficiência.

A seleção do material bibliográfico considerou o período de 2016 a 2024, contemplando publicações disponíveis nas bases SciELO, Google Scholar, CAPES Periódicos e periódicos nacionais da área de Educação Física e Educação Inclusiva. Foram incluídos artigos científicos, dissertações, pesquisas empíricas e documentos legais que abordassem diretamente a participação, permanência, acessibilidade e vivências práticas de estudantes com deficiência no ensino superior. A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) foi utilizada como eixo jurídico orientador, dada sua relevância na garantia de participação educacional plena.

Ao final da seleção, 6 produções foram consideradas pertinentes ao tema, entre elas estudos que discutem barreiras arquitetônicas, metodológicas, comunicacionais e atitudinais presentes nas práticas corporais acadêmicas (Calheiros; Fumes, 2016; Santos et al., 2020; Gonçalves et al., 2024). Pesquisas voltadas exclusivamente à educação básica, alto rendimento paralímpico ou reabilitação clínica foram excluídas, por não se enquadrarem no objetivo desta investigação, que privilegia a formação superior generalista no campo da Educação Física.

A análise do material foi orientada pela interpretação crítica das informações, conforme abordagem de Vieira (2021), possibilitando identificar como a organização curricular, os espaços físicos (quadras, piscinas, academias) e as práticas corporais influenciam a permanência e a participação de estudantes com deficiência. Tal percurso metodológico não buscou quantificar experiências, mas compreender a diversidade de vivências formativas, reconhecendo a centralidade do corpo em movimento como dimensão constitutiva do processo educativo no curso de Educação Física.

Assim, a metodologia adotada permitiu evidenciar que as barreiras vivenciadas por estudantes com deficiência não se localizam na condição corporal, mas na forma como o ensino e os espaços são estruturados, o que reafirma a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas, adaptativas e éticas no contexto prático-formativo universitário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação do Quadro 1 permite compreender, de forma concentrada, como a literatura científica aborda as barreiras enfrentadas por acadêmicos com deficiência no curso de Educação Física,

evidenciando que os desafios não derivam da condição corporal, mas das estruturas formativas que historicamente legitimam padrões motores normativos e ambientes práticos pouco adaptados às diversidades (CALHEIROS; FUMES, 2016; LUSTOSA; RIBEIRO, 2020). Ao reunir pesquisas que analisam desde a permanência até a vivência em espaços como quadras, academias, laboratórios e piscinas, o quadro demonstra que a centralidade do corpo em movimento, característica identitária do curso, exige reorganização pedagógica, avaliativa e arquitetônica para que a participação não seja simbólica, mas efetivamente equitativa (SANTOS et al., 2020; GONÇALVES et al., 2024). Assim, o quadro sintetiza o entendimento de que incluir, no contexto da Educação Física, ultrapassa o ato de permitir o acesso institucional, implicando reconhecer múltiplas formas de expressão motora, interação, deslocamento e aprendizagem, reafirmando que a diversidade corporal constitui não exceção, mas princípio formativo e ético no ensino superior (VIEIRA, 2021).

Quadro 1. Quadro de Referências (Autores citados no Resultado e Discussão)

Autoria (Ano)	Temática Central	Contribuição ao Debate
Calheiros & Fumes (2016)	Inclusão na Educação Física universitária	Expõem lacunas de acessibilidade e participação prática de PcD na vivência corporal acadêmica.
Santos et al. (2020)	Adaptação pedagógica em práticas corporais	Defendem mediações concretas para o estudante cego em aulas práticas, com foco em espaço, orientação e materiais.
Vieira (2021)	Aprendizagem inclusiva no ambiente corporal	Aponta necessidade de tutoria e acompanhamento ampliado em situações práticas, como quadras e laboratórios.
Lustosa & Ribeiro (2020)	Formação docente inclusiva	Problematizam concepções normativas de corpo e defendem reorganização curricular e avaliativa.
Evêncio & Falcão (2022)	Permanência e participação	Discutem participação equitativa e interação social nas práticas de Educação Física sem padronização corporal.
Gonçalves et al. (2024)	Acessibilidade no Ensino Superior	Propõem recursos assistivos e desenho universal em vivências corporais práticas.

Fonte: O autor (2025)

A análise das produções evidencia consenso teórico de que a inclusão no curso de Educação Física assume especificidades próprias, sobretudo devido ao caráter eminentemente corporal, motor e vivencial da formação. Calheiros e Fumes (2016) destacam que o estudante com deficiência enfrenta desafios que não residem em sua condição física ou sensorial, mas na estrutura universitária que ainda organiza seus espaços e metodologias a partir de um corpo normativo, fisicamente padronizado e plenamente funcional. Quando quadras, piscinas, academias e laboratórios não dialogam com princípios de acessibilidade, a participação torna-se limitada não pelo corpo do sujeito, mas pela ausência de condições pedagógicas e arquitetônicas que legitimem diferentes formas de presença e desempenho.

Santos et al. (2020), ao investigarem vivências de estudantes cegos em aulas práticas, demonstram que a falta de orientação motora específica, materiais sonoros, apoio instrucional e mediação docente qualificada não apenas dificulta a prática, mas redistribui simbolicamente esse estudante ao lugar de espectador, e não de participante. Nessa direção, a Educação Física assume o risco ético e pedagógico de naturalizar a presença passiva, quando seu núcleo formativo deveria garantir a experiência corporal como direito e não privilégio.

Lustosa e Ribeiro (2020) ampliam a reflexão ao afirmarem que o capacitismo universitário se expressa não apenas por barreiras físicas, mas por concepções internalizadas que associam competência acadêmica ao desempenho físico padronizado, sustentando a crença de que “aprender Educação Física” implica executar, reproduzir e performar gestos motores com excelência técnica e simetria funcional. Esse entendimento, ainda hegemônico, invisibiliza corpos que aprendem por outras vias perceptivas, táteis, auditivas, proprioceptivas e rítmicas, reiterando a lógica de que a diferença é desvio, e não parâmetro legítimo.

Em consonância, Vieira (2021) argumenta que a inclusão, no campo da Educação Física, requer reorganização metodológica contínua, revisão das práticas avaliativas e reconhecimento da diversidade motora como princípio epistemológico, e não concessão adaptativa pontual. A autora ressalta que, quando a experiência do movimento é mediada de forma universal, múltiplas performatividades corporais emergem, transformando o ambiente formativo em espaço de aprendizagem plural, dialógica e tecnicamente ampliada.

Finalmente, Gonçalves et al. (2024) demonstram que a permanência do acadêmico com deficiência está diretamente vinculada à materialização da acessibilidade como política e não como recurso emergencial. Isso significa que rampas, intérpretes, sinalizações, tecnologias assistivas e adaptações

curriculares não podem ser acionadas como respostas emergenciais, mas constituir o desenho formativo desde sua concepção, de modo que a vivência corporal seja legítima, segura, significativa e equitativa.

Dessa forma, os autores convergem ao afirmar que não é o corpo com deficiência que tensiona a Educação Física, mas a forma como a instituição compreende, organiza e regula a corporeidade como campo de saber. Incluir, nesse contexto, não é permitir assistir à aula, mas garantir que o corpo participe, experimente, se movimente, construa sentidos e produza conhecimento. A prática não pode ser o obstáculo: deve ser o meio pelo qual a diversidade se legitima como fundamento formativo.

CONCLUSÃO

A conclusão aponta que a inclusão de acadêmicos com deficiência no curso de Educação Física deve ser compreendida como compromisso institucional e formativo que ultrapassa o ato de acesso e alcança a participação plena nos espaços de prática. Trata-se de reconhecer que, por ser uma graduação organizada fundamentalmente sobre experiências corporais, vivências motoras e atividades em quadras, piscinas, academias e campos esportivos, a permanência desses estudantes depende de condições concretas de acessibilidade, mediação pedagógica e reorganização metodológica. A diversidade corporal, sensorial e funcional deve ser tratada como princípio formativo e não como exceção adaptada pontualmente, consolidando uma prática pedagógica que respeita múltiplas formas de movimentar-se, interagir e aprender. Assim, a inclusão se confirma não apenas na adaptação dos ambientes, mas na transformação da cultura acadêmica, na formação continuada dos profissionais e na legitimação de diferentes modos de presença e participação, garantindo que o corpo em movimento seja compreendido como território plural de construção do saber e não como barreira ao desenvolvimento profissional.

Como encaminhamento futuro, sugere-se que novas investigações ampliem a escuta e a perspectiva dos próprios estudantes com deficiência, analisando suas experiências práticas, suas percepções sobre convivência, adaptação metodológica, avaliação motora e participação em estágios supervisionados. Estudos qualitativos com entrevistas, narrativas corporais e observação direta podem aprofundar a compreensão da vivência inclusiva no cotidiano do curso, permitindo que a formação em Educação Física avance de um modelo prescritivo para um paradigma verdadeiramente plural, acessível e sensível às múltiplas corporalidades que compõem o espaço universitário.

REFERÊNCIAS

CALHEIROS, David dos Santos; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. *A inclusão de universitários com deficiência em cursos de Educação Física na cidade de Maceió/AL*. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 523-539, 2016. Disponível em: <<https://submission.scielo.br/index.php/aval/article/view/125231>>. Acesso em: 4 dez. 2025.

EVÊNCIO, Kátia Maria de Moura; FALCÃO, Giovana Maria Belém. *Inclusão de acadêmicos com deficiência na educação superior: uma revisão bibliográfica na perspectiva da teoria histórico-cultural*. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 1610-1623,

jul./set. 2022. DOI: 10.21723/riace.v17i3.16053. Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16053>>. Acesso em: 4 dez. 2025.

GONÇALVES, Júlio; GOMES, Amanda da Silva; SOUSA, Gabriela Duarte Neves de; SILVANO, Raíssa Cláudia; VEIGA, Melina de Figueiredo. *Acessibilidade de pessoas com deficiência na universidade: revisão sistemática*. REIN – Revista Educação Inclusiva, Campina Grande, v. 9, n. 1, p. 131-149, 2024. Disponível em: <<https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/1594>>. Acesso em: 4 dez. 2025.

LUSTOSA, Francisca Geny; RIBEIRO, Disneylândia Maria. *Inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior: exigências de reconfiguração de saberes, concepções e práticas docentes*. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. esp. 2, p. 1523-1537, 2020. DOI: 10.21723/riace.v15iesp2.13825. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13825>>. Acesso em: 4 dez. 2025.

SANTOS, Rodrigo C.; MESQUITA, Beatriz A. M. R.; FAVORETTO, C. C. R.; EVANGELISTA, K. C. M.; DALLA DÉA, V. P. B. *Ensino inclusivo em um curso de Educação Física: análise das adaptações pedagógicas para o estudante cego na educação superior*. Pensar a Prática, Goiânia, v. 23, 2020.

VIEIRA, Maressa Carvalho. *Educação física inclusiva: acesso, participação e aprendizagem sob a perspectiva do estudante com deficiência*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2021. Disponível em: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UNICAMP). [BDTD+1](#)